

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 da Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários juntamente com o parecer dos auditores independentes. **A DIRETORIA.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2011	2010
CIRCULANTE		15.410	15.427
Disponibilidades	5	3	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	4	15.170	15.235
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		15.170	15.235
Outros créditos	6.a	237	190
Rendas a receber		16	-
Diversos		221	190
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.a	8.082	6.778
Outros créditos		8.082	6.778
Diversos		8.082	6.778
PERMANENTE		1	1
Investimentos.....		1	1
Outros investimentos.....	7	1	1
TOTAL DO ATIVO		23.493	22.206

PASSIVO	Nota explicativa	2011	2010
CIRCULANTE		437	364
Outras obrigações		437	364
Fiscais e previdenciárias.....	6.b	414	310
Diversas	6.c	23	54
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		713	564
Outras obrigações		713	564
Fiscais e previdenciárias.....	6.b	713	564
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.343	21.278
Capital social		15.415	15.415
Reserva legal.....		638	585
Reservas de lucros.....		6.290	5.278
TOTAL DO PASSIVO		23.493	22.206

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	15.415	561	4.830	-	20.806
Lucro líquido do semestre	-	-	-	472	472
Destinações:					
Reserva legal	-	24	-	(24)	-
Reserva de lucros	-	-	448	(448)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	15.415	585	5.278	-	21.278
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	15.415	607	5.707	-	21.729
Lucro líquido do semestre	-	-	-	614	614
Destinações:					
Reserva legal	-	31	-	(31)	-
Reserva de lucros	-	-	583	(583)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	15.415	638	6.290	-	22.343

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") tem por objeto social exercer a intermediação em operações de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar operações compromissadas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; d) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; e) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **d) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **e) Investimentos** - São representados por ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP em Sociedade Anônima, registradas ao valor de custo. **f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Passivos contingentes - Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos ou contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. **g) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. **h) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. Em 30 de junho de 2011 e de 2010, não existem indícios de redução no valor recuperável dos ativos não monetários. **j) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros e (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
Estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros, de curto prazo, mantidos com o controlador, com vencimento para 1 de julho de 2011.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Disponibilidades	3	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	15.170	15.235
Total	15.173	15.237

6. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos - diversos

	2011	2010
Créditos tributários (nota explicativa nº 8 b)	289	231
Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 9 b).....	7.776	6.547
Impostos e contribuições a compensar.....	238	190
Total	8.303	6.968
Curto prazo.....	221	190
Longo prazo.....	8.082	6.778

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2011	2010
Provisão para impostos e contribuições a pagar.....	413	309
Impostos e contribuições a recolher.....	1	1
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 9 a).....	713	564
Total	1.127	874
Curto prazo.....	414	310
Longo prazo.....	713	564

c) Outras obrigações - diversas

	2011	2010
Provisão para despesas de publicação.....	11	14
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa nº 11).....	12	12
Provisão para pagamentos a efetuar - fornecedores.....	-	28
Total	23	54
Curto prazo.....	23	54

7. OUTROS INVESTIMENTOS

	2011	2010
Ações e cotas: CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (*)	1	1
Total	1	1

(*) Em 2009, a Corretora pactuou com a Advent Depository Participações S.A. contrato de compra e

venda de 406.649 ações da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, o qual previa a retenção de parte do valor da venda dessas ações para eventual reembolso de prejuízos incorridos pela compradora, relacionados a possíveis passivos não registrados ou registrados por valor insuficiente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 da CETIP. Esses valores, por serem ativos contingentes, não foram reconhecidos à época e estão atualmente sendo registrados na rubrica "Resultado não operacional" no montante de R\$259 (R\$232 em 2010), com base nas evidências que propiciaram a garantia de sua realização.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.010	772	1.010	772
Alíquota vigente.....	25%	25%	15%	15%
Expectativa de despesa de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(253)	(193)	(152)	(116)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Despesas com entidades de classe	(2)	(1)	(1)	-
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias:				
Outras diferenças temporárias	12	10	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(243)	(184)	(153)	(116)

b) Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos

Ativo	2011	2010
Base de cálculo	713	564
Provisão para Riscos Fiscais	11	14
Outras provisões - diversas	724	578
Total	40%	40%
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	289	231
Crédito tributário classificado em outros créditos - diversos (nota explicativa nº 6 a).....	-	-

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.

	2011			2010		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo inicial	171	102	273	139	84	223
Constituição de ativo fiscal diferido	10	6	16	5	3	8
Saldo final	181	108	289	144	87	231

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam realizadas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização está apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros:

Ano	2011	2010
	Valor contábil	Valor contábil
2010.....	-	5
2011.....	4	-
2014.....	285	226
Total	289	231

Em 30 de junho de 2011, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando as taxas dos Depósitos Interfinanceiros, totalizava R\$ 193 (R\$ 139 em 2010).

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS
A Corretora é parte em vários processos de natureza fiscal, para os quais foi contabilizada provisão para contingências, conforme critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN: A provisão está sendo constituída com base nos processos classificados como risco de perda provável.

a) A movimentação das provisões passivas

	Contingências Fiscais	
	2011	2010
Saldo inicial	635	508
Constituição (nota explicativa nº 13 b)	50	38
Atualização (nota explicativa nº 13 b).....	28	18
Saldo final	713	564

b) O detalhamento das contingências fiscais por probabilidade de perda

	2011		2010	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Probabilidade de perda	-	-	-	-
Perdas prováveis (i)	713	713	564	564
Perdas possíveis (ii)	18.013	-	13.194	-
Perdas remotas	474	-	401	-
Total de provisões.....	19.200	713	14.159	564
Depósitos Judiciais(*)	-	7.776	-	6.547

(*) Nota explicativa nº 6 a

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		806	633
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		806	633
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		806	633
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(55)	(93)
Receitas de prestação de serviços		27	27
Outras despesas administrativas	12	(269)	(270)
Despesas tributárias		(24)	(25)
Outras receitas operacionais	13.a	289	232
Outras despesas operacionais	13.b	(78)	(57)
RESULTADO OPERACIONAL		751	540
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	14	259	232
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8	1.010	772
Provisão para imposto de renda corrente		(253)	(189)
Provisão para contribuição social corrente		(159)	(119)
Ativo fiscal diferido		16	8
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		614	472
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		38,59	29,66

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2011	2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		614	472
Lucro líquido do semestre		62	48
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		(16)	(8)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	78	56
Lucro líquido do semestre ajustado.....		676	520
Variação de ativos e passivos:			
Aumento de outros créditos		(615)	(357)
Aumento (Redução) de outras obrigações		47	(51)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais		108	112
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		108	112
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5	15.065	15.125
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	5	15.173	15.237

(i) Perdas Prováveis - Referem-se à provisão para obrigação legal referente a questionamentos relacionados à ampliação da base de cálculo de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS (Lei 9.718/98). (ii) Perdas Possíveis - Referem-se aos processos de imposto de renda e contribuição social sobre operações day-trade no montante de R\$ 7.111 (R\$ 6.812 em 2010) e de desmutualização da Bovespa no montante de R\$ 10.902 (R\$ 6.250 em 2010) sendo que para este último há depósito judicial de R\$ 6.733 (R\$ 6.283 em 2010), incluído no valor demonstrado na nota explicativa, nº 6.a.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) O capital Social - O capital social está representado por 15.912.892 ações nominativas, sendo 7.956.446 ações ordinárias e 7.956.446 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do capital. **b) Dividendos** - Conforme previsto no estatuto da Corretora, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. A Administração, através da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes. **c) Reserva de Lucros** - Os lucros líquidos apurados nos semestres de 2011 e 2010, após a dedução da reserva